
MEC é favorável à proposta da UNE

Entrevista do ministro da Educação publicada no jornal Correio Braziliense em 14 de fevereiro de 2005.

Às vésperas do fim do prazo para receber sugestões de entidades de ensino superior, o ministro da Educação, Tarso Genro, acena com mudanças no texto do anteprojeto da Lei da Educação Superior. A proposta da União Nacional dos Estudantes (UNE) de dar mais atenção à permanência dos alunos carentes na universidade foi aceita pelo MEC. Em entrevista ao Correio, Tarso justificou a falta de coesão das instituições na hora de discutir a reforma. “Cada grupo manifesta interesse diferente”, ponderou. E criticou a posição do Fórum Nacional de Livre Iniciativa na Educação, entidade formada por praticamente todas as instituições privadas de ensino superior. “O nome que eles escolheram para o Fórum está errado. Fórum da Livre Iniciativa é inadequado porque pressupõe a idéia de mercadoria. Educação não é mercadoria, deve estar subordinada ao interesse público.”

Correio Braziliense – O Correio ouviu várias entidades do sistema de ensino superior e ficou claro que, depois de um ano de discussão, não existe uma opinião fechada sobre o que deve estar no texto da reforma. Isso preocupa o senhor?

Tarso Genro – É natural que não exista consenso. Cada grupo manifesta um interesse diferente. As instituições privadas querem uma coisa, as públicas têm outra visão. Isso é decorrência de um sistema que cresceu de maneira variada e sem regulamentação clara. Por isso temos que ouvir o número máximo de pessoas para dar passos importantes na construção de um sistema de qualidade e que seja inclusivo. A ampla maioria das instituições é favorável.

Correio – Várias entidades pediram que o prazo para apresentar sugestões fosse prorrogado. Isso vai acontecer?

Tarso – O prazo não precisa ser prorrogado. Mas ainda será aberta a consulta pública para quem mais quiser opinar e dar sugestões. Dessa forma, concluiremos a redação do projeto até junho para encaminhar o texto do governo, mas com a contribuição de toda sociedade.

Correio – E alguma instituição já entregou sugestões?

Tarso – Várias, como Andes, Andifes, UNE, Fasubra, e recebemos uma carta do Fórum Nacional de Livre Iniciativa na Educação, que sugeriu fazer a reforma em duas etapas. A primeira, para o ensino público e, só depois, mudanças nas instituições não estatais.

Correio – É possível fatiar a reforma?

Tarso – Na minha opinião, não é viável. Um dos objetivos da reforma é integrar o sistema. Por isso é importante trabalhar com a reforma geral que respeite,

evidentemente, a diversidade das instituições sem ser autoritária nem meramente administrativa.

Correio – Foi exatamente do Fórum que vieram as mais duras críticas...

Tarso – É natural que o Fórum reaja de maneira forte, afinal, estão falando para o público deles. Mas existem exigências que eles terão que cumprir como aproximar mais o ensino privado do bem público, ter um número maior de doutores e mestres, que significa mais despesa, e também ter o conselho da comunidade acadêmica – que, embora não tenha função normativa, terá como influenciar o debate dentro da instituição. Nem todas essas propostas são vista com bons olhos.

Correio – Mas eles bateram muito no anteprojeto...

Tarso – A reação foi despropositada. E o nome que eles escolheram para o Fórum está errado. Fórum da Livre Iniciativa é inadequado porque pressupõe a idéia de mercadoria. Educação não é mercadoria, deve estar subordinada ao interesse público.

Correio – Existe algum ponto que não pode ficar de fora da reforma?

Tarso – Não abrimos mão de estruturar a universidade segundo os princípios constitucionais da República. Queremos regras claras para o funcionamento das não-estatais, expansão das instituições públicas e qualificação de todas.

Correio – A UNE propôs ao MEC a vinculação de parte do orçamento das federais para ser gasto com moradia para alunos, refeitórios e bolsas. É possível mudar o anteprojeto?

Tarso – Eu estou de acordo com a proposta da UNE. Agora, vamos ver se ela é viável politicamente. Vamos submeter essa proposta ao conjunto de parceiros para ver se é possível mudar o projeto de reforma nesse ponto.